



Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura
Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Ricardo Tripoli

1º Secretário: Luiz Carlos da Silva
3º Secretário: Mauro Bragato

1º Vice-Presidente: Clóvis Volpi
2º Vice-Presidente: Afanasio Jazajji

2º Secretário: Roberval Conte Lopes Lima
4º Secretário: Roberto Gouveia

EMENDA CONSTITUCIONAL

Emenda Constitucional n.º 3, de 11 de novembro de 1996

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do § 3.º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único - O § 2.º do artigo 9.º da Constituição do Estado e o parágrafo único do artigo 1.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 9.º - O § 2.º - No primeiro ano da legislatura a Assembléia Legislativa reunir-se-á, da mesma forma, em sessões preparatórias, a partir de 15 de março, para a posse de seus membros e eleição da Mesa."

"Artigo 1.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Parágrafo único - Os Deputados eleitos para a legislatura seguinte à atual exercerão seus mandatos até 14 de março de 1995."

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de novembro de 1996.

a) RICARDO TRÍPOLI - Presidente
a) Luiz Carlos da Silva - 1.º Secretário
a) Conte Lopes - 2.º Secretário

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 777, de 11 de novembro de 1996

Dá nova redação ao "caput" do artigo 2.º da VIII Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1.º - De-se a seguinte redação ao "caput" do artigo 2.º da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores:

"Artigo 2.º - No primeiro ano de cada legislatura, os que tenham sido eleitos Deputados reunir-se-ão, em sessão preparatória, na sede da Assembléia, às 15 horas do dia 15 de março, independentemente de convocação, para posse de seus membros e eleição da Mesa."

Artigo 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de novembro de 1996.
a) RICARDO TRÍPOLI, Presidente
a) Luiz Carlos da Silva, 1.º Secretário
a) Conte Lopes, 2.º Secretário

Resolução n.º 778, de 11 de novembro de 1996

Dá nova redação ao "caput" do artigo 9.º da VIII Consolidação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1.º - De-se a seguinte redação ao "caput" do artigo 9.º da Resolução n.º 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores:

"Artigo 9.º - No terceiro ano de cada legislatura, a primeira sessão preparatória iniciar-se-á sob a direção da Mesa anterior, às 15 horas do dia 15 de março, procedendo-se à eleição da nova Mesa."

Artigo 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 11 de novembro de 1996.
a) RICARDO TRÍPOLI, Presidente
a) Luiz Carlos da Silva, 1.º Secretário
a) Conte Lopes, 2.º Secretário

ORDEM DO DIA

12 de novembro de 1996
167ª Sessão Ordinária

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 501, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a adotar as providências necessárias para a construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes. Com emendas. Parecer n.º 1792, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. Parecer n.º 1793, de 1996, da Comissão de Transportes, favorável ao projeto, à emenda de n.º 3 e contrário às demais. Com emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 4, de 1996, (Autógrafo n.º 23204) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando a

SUMÁRIO

Atos.....	—
Ordem do dia.....	1
Pausa.....	1
Oradores inscritos.....	2
Expediente.....	2
Atos Administrativos.....	6
Comissões.....	—
Debates.....	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores.....	—

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 20 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento daquela Região e criar entidade autárquica, a constituir o citado Fundo. Parecer n.º 1798, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 506, de 1988, (Autógrafo n.º 23037), vetado totalmente, apresentado pelo Deputado Vicente Botta, criando a Região Administrativa de São Carlos, com sede naquele Município. Parecer n.º 465, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991, (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 405, de 1992, (Autógrafo n.º 23074), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Israel Zekzer, dispondo sobre a obrigatoriedade das academias de ginástica, escolas de ginástica, ou qualquer outra modalidade desportiva, de manterem, em horário de funcionamento, médico com especialização em medicina desportiva. Parecer n.º 470, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993, (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimento de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 944, de 1993, (Autógrafo n.º 23075), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Gilson Menezes, dispondo sobre a consignação do seguro para cobertura de acidentes pessoais nos bilhetes de ingresso aos eventos culturais. Parecer n.º 466, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 70, de 1995, (Autógrafo n.º 23093), vetado totalmente, apresentado pela deputada Célia Leão, dando a denominação de "Nathalia Zanotta Sabino" à Escola Estadual de 1º Grau (Rural), do bairro de Ibitiruna, em Piracicaba. Parecer n.º 476, de 1996, da Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tomando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995, (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 390, de 1995, (Autógrafo n.º 23209), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Abel Machado Fonteneli de Oliveira" à Delegacia de Polícia do Município de Dobrada. Parecer n.º 2182, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Prazo: 31.10.96 - Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995, (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 501, de 1995, (Autógrafo n.º 23213), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado José Eduardo Ferreira Netto, dando a denominação de "Mania Ruiz Martins" à estrada vicinal que liga Anhumas a Pirapozinho. Parecer n.º 2181, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Prazo: 31.10.96 - Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 560, de 1995, (Autógrafo n.º 23174) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Estevam Galvão, dispondo sobre a ação conjunta de compatibilização dos estabelecimentos industriais. Parecer n.º 1055, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Prazo: 14/04/96 - Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DPEA a doarem imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer n.º 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Parecer n.º 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de n.ºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

18-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 67, de 1996, (Autógrafo n.º 23206) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo o Programa Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial, cria o Conselho Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - FIDES. Parecer n.º 1806, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 546, de 1996, de autoria do Sr. Governador, dispondo sobre autorização da BANESPA S/A - Administradora de Cartões de Crédito e Serviços, a subscrever ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento. Pareceres n.ºs 1985 e 1986, de 1996, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Economia, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

21- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 590, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, alterando dispositivo da Lei n.º 6556, de 30 de novembro de 1989, que disciplina a destinação de recursos do ICMS para a construção de casas populares. Com emendas. Pareceres n.ºs 2024 e 2025, de 1996, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis ao projeto e a emenda de n.º 2, e contrário às demais.

22- Discussão e votação do Projeto de lei n.º 636, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 906, de 18 de dezembro de 1975. Pareceres n.ºs 2148, 2149 e 2150, de 1996, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Proposições em Regime de Prioridade

1-Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

3-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

5-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 15, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1126, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1991, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1621, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

Proposição em Regime de Tramitação Ordinária

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 645, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, revogando dispositivos da Lei n.º 3724, de 14/03/83, que instituiu contribuição para a Associação Paulista de Magistrados. Pareceres n.ºs 1164, de 1990, sínº e 1248, de 1991, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões de Finanças e de Cultura, favoráveis. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer n.º 357, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n.º 358, de 1995, de relator especial pela Comissão de Cultura, favorável ao substitutivo e contrário à emenda. Parecer n.º 359, de 1995, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário.

PAUTA

12 de novembro de 1996
167ª Sessão Ordinária

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1-Projeto de lei n.º 696, de 1996, apresentado pelo deputado Jamil Murad, assegurando a livre organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos estudantes de 1º e 2º graus.

2-Projeto de lei n.º 697, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazajji, estabelecendo o uso de cores da Bandeira do Estado na propaganda e divulgação oficial do Governo.

3-Projeto de lei n.º 698, de 1996, apresentado pelo deputado Campos Machado, declarando de utilidade pública a "Instituição Assistencial e Educacional Dr. Klaidé", em Santo André.

4-Projeto de lei n.º 699, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazajji, dando a denominação de "Itaquera" à Estação Corinthians/Itaquera do Metrô - Companhia do Metropolitan de São Paulo, na Capital.

5-Moção n.º 397, de 1996, apresentada pelo deputado Renato Simões, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de solicitar ao governo mexicano a libertação dos presos políticos, o fim dos massacres e perseguições de opositores e respeito à liberdade de organização política e sindical.

6-Moção n.º 398, de 1996, apresentada pelo deputado Renato Simões, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de manter a sede nacional do Programa Softex 2000 no Município de Campinas-SP.

7-Moção n.º 399, de 1996, apresentada pelo deputado Sidney Beraldo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de rever as penalidades pecuniárias do setor público.

8-Moção n.º 400, de 1996, apresentada pelo deputado Afanasio Jazajji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar que as Faculdades Particulares ofereçam Bolsas de Estudos aos esportistas que se destacarem na prática de qualquer modalidade.

9-Moção n.º 401, de 1996, apresentada pelo deputado Afanasio Jazajji, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de reformular o currículo dos cursos técnicos e superiores, adequando-os às atuais necessidades do mercado de trabalho.

10-Moção n.º 402, de 1996, apresentada pelo deputado Milton Monti, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de permitir que os estudantes, ao participarem do Exame Nacional de Cursos, possam entregar as provas sem identificação.

2ª Sessão

1-Projeto de lei n.º 693, de 1996, apresentado pelo deputado José Carlos Tonin, declarando de utilidade pública a "Sociedade Antares", em Pirajuí.

2-Projeto de lei n.º 694, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazajji, dando a denominação de "Teodoro Garcia de Oliveira" à Delegacia de Polícia de Florínea.

3-Projeto de lei n.º 695, de 1996, apresentado pelo deputado Milton Monti, dando a denominação de "Doutor Celso Silveira Mello" à Escola Estadual de 1º Grau do Bairro Vertentes das Águas, em São Pedro.

4-Moção n.º 393, de 1996, apresentada pelo deputado Renato Simões, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de reconhecer a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos como Obrigatória e de Pleno Direito.

5-Moção n.º 394, de 1996, apresentada pelo deputado Drausio Barreto, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de lei n.º 107, de 1994, que obriga as empresas a desenvolverem o "Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos".

6-Moção n.º 395, de 1996, apresentada pelo deputado Jayme Gimenez, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de adquirir, em caráter emergencial, vacina Tríplice para atender as necessidades da população.

7-Moção n.º 396, de 1996, apresentada pelo deputado Misaél Margato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de rever e alterar os preços públicos fixados pelas Portarias n.ºs 137, 138, 139, 140, 141, da Secretaria da Vigilância Sanitária.

3ª Sessão

1-Projeto de resolução n.º 41, de 1996, apresentado pelo deputado Afanasio Jazajji, dando nova redação ao § 3º do Artigo 166, da Resolução 576, de 26.06.70 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre Requerimentos de Informação.
2-Projeto de lei n.º 692, de 1996, apresentado pelo deputado Vaz de Lima, dando a denominação de "Piloto José Antonio Moreno" à Escola Estadual de 1º Grau Dr. Angelo Mendes de Almeida, no Bairro Jardim Oriental, na Capital.